

FORMULÁRIO DE CANDIDATURA A PROCEDIMENTO CONCURSAL

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código da publicitação do procedimento

Código de candidato

CARATERIZAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO

Carreira _____ Categoria _____

Área de atividade _____

RJEP por tempo indeterminado

RJEP por tempo determinado

RJEP por tempo determinável

1. DADOS PESSOAIS

Nome Completo:

Data de nascimento:

Sexo:

Masculino

Feminino

Nacionalidade:

Nº de Identificação Civil:

Nº de Identificação Fiscal:

Morada:

Código Postal:

Localidade: _____

Concelho de residência:

Telefone:

Telemóvel:

Endereço eletrónico: _____

2. NÍVEL HABILITACIONAL

Assinale o quadrado apropriado:

01 Menos de 4 anos de escolaridade	<input type="checkbox"/>	08 Bacharelato	<input type="checkbox"/>
02 4 anos de escolaridade (1.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	09 Licenciatura	<input type="checkbox"/>
03 6 anos de escolaridade (2.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	10 Pós-graduação	<input type="checkbox"/>
04 9.º ano (3.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	11 Mestrado	<input type="checkbox"/>
05 11.º ano	<input type="checkbox"/>	12 Doutoramento	<input type="checkbox"/>
06 12.º ano (ensino secundário)	<input type="checkbox"/>	13 Curso de especialização tecnológica	<input type="checkbox"/>
07 Curso tecnológico /profissional/ outros (nível III)*	<input type="checkbox"/>	99 Habilitação ignorada	<input type="checkbox"/>

* Nível III: Nível de qualificação da formação (c/ equivalência ao ensino secundário)

2.1 Identifique o curso e /ou área de formação:

2.2 Indique cursos de pós-graduação, mestrado ou doutoramento:

3. SITUAÇÃO JURÍDICO/ FUNCIONAL DO TRABALHADOR

3.1 Titular de relação jurídica de emprego público?

Sim

Não

3.2 Em caso negativo passe diretamente ao ponto 4. deste

formulário. Em caso afirmativo, especifique qual a sua situação:

3.2.1 Nomeação	Definitiva	<input type="checkbox"/>
	Transitória por tempo determinado	<input type="checkbox"/>
	Transitória por tempo determinável	<input type="checkbox"/>
3.2.2 Contrato	Tempo indeterminado	<input type="checkbox"/>
	Tempo determinado	<input type="checkbox"/>
	Tempo determinável	<input type="checkbox"/>
3.2.3 Situação atual	Em exercício de funções	<input type="checkbox"/>
	Em licença	<input type="checkbox"/>
	Em SME	<input type="checkbox"/>
	Outra	<input type="checkbox"/>

3.2.4 Órgão ou serviço onde exerce ou por último exerceu funções:

3.2.5 Carreira e categoria detidas, bem como o posicionamento remuneratório:

3.2.6 Atividade exercida ou que por último exerceu no órgão ou serviço:

3.2.7 Avaliação de desempenho (últimos três anos):

Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>
Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>
Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>

4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FUNÇÕES EXERCIDAS

4.1 Funções exercidas, diretamente relacionadas com o posto de trabalho a que se candidata:

Funções	Data	
	Início	Fim

4.2 Outras funções e atividades exercidas:

5. FORMAÇÃO OU EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL SUBSTITUTIVA DO NÍVEL HABILITACIONAL EXIGIDO

5.1 No caso de a publicação permitir a candidatura sem o grau académico exigido, indique a formação ou experiência profissional substitutiva.

6. OPÇÃO POR MÉTODOS DE SELEÇÃO

Se é titular da categoria e se encontra a exercer funções idênticas às do (s) posto (s) de trabalho publicitado (s) ou, encontrando-se em SME, as exerceu por último e pretende usar da prerrogativa de afastamento dos métodos de seleção obrigatórios, nos termos do n.º 3 do artigo 36.º da LGTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, assinale a seguinte declaração:

*“Declaro que afasto os métodos de seleção obrigatórios, **Avaliação curricular e Entrevista de Avaliação de Competências**, e opto pelos métodos **Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica**”.*

7. REQUISITOS DE ADMISSÃO

“Declaro que reúno os requisitos previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho”.

Sim

Não

8. NECESSIDADES ESPECIAIS

8.1 Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, indique se necessita de meios / condições especiais para a realização dos métodos de seleção.

9. DECLARAÇÃO (alínea g), nº 1 do artigo 13.º, da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro

“Declaro que são verdadeiras as informações e os factos constantes do formulário e da candidatura”.

Localidade: _____

Data: _____

Assinatura

Documentos que anexa à candidatura:

Currículo

Certificado de habilitações

**Comprovativos de formação
(Quantidade _____)**

Declaração (*)

Outros:

(*) Contendo informação sobre: Relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, quando exista, bem como da carreira e categoria de que seja titular, da atividade que executa, da sua posição remuneratória, do órgão ou serviço onde exerce funções e da avaliação do desempenho com a respetiva menção quantitativa dos últimos 3 biénios

ANEXO AO FORMULÁRIO DE CANDIDATURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL
DIREITO DE INFORMAÇÃO E ACESSO AOS DADOS PESSOAIS (RGPD)

Proteção de Dados Pessoais

A APAL-SIM no âmbito das suas atribuições e competências e no cumprimento do disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), na sua atual redação e Lei n.º 58/2019, de 18 de agosto – Lei da Proteção de Dados Pessoais, é a responsável pela proteção e tratamento dos dados pessoais das pessoas singulares, no estrito cumprimento dos seus princípios, de forma confidencial, estando os trabalhadores e colaboradores da APAL-SIM obrigados a um dever de sigilo quanto aos mesmos.

O tratamento dos dados pessoais disponibilizados ocorre no âmbito da gestão do processo de recrutamento, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Europeu em vigor e nos demais termos definidos por Lei.

Direito à informação

O tratamento dos dados pessoais não constitui uma obrigação contratual.

Os destinatários dos dados pessoais são os Recursos Humanos da APAL-SIM no âmbito do processo de recrutamento.

Os dados pessoais podem ser facultados a entidades terceiras para cumprimento de obrigações legais, designadamente aplicação dos métodos de seleção.

Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo seu titular, incluindo a retificação, o apagamento ou a limitação do seu tratamento.

O titular dos dados tem o direito de apresentar reclamação junta da autoridade de controlo (Comissão Nacional de Proteção de Dados).

Os dados são conservados durante o período previsto no Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais e Associações de Municípios.

Os candidatos têm o direito de exercer os seus direitos no âmbito da política de privacidade.

Tomei conhecimento.

Guarda, ___ de _____ de 2024.

O(a) candidato(a) ao procedimento concursal,
